

A ambigüidade na elaboração do objeto na sociologia rural

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Estou preocupado com a necessidade de conhecer a constituição desta sociologia especial definida como sociologia rural. Ou seja, não estou preocupado, imediatamente, com o rural em si mesmo. Mas, estou supondo que a própria noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e é elaborada em determinadas circunstâncias sociais.

O que me preocupe é, portanto, a constituição do meu objeto de estudo. E quando digo a constituição do meu objeto de estudo, estou dizendo que a minha reflexão vai incidir sobre a sociologia rural (sendo ela um componente essencial desse objeto), porque neste caso a minha premissa é a de que rural é parte de uma forma de construção social da realidade, ainda que no âmbito do chamado conhecimento sociológico. A minha preocupação central nesse tipo de análise será a de verificar de que modo as ambigüidades de origem da sociologia “comportam-se” na particularização da realidade e na particularização do conhecimento — como rural de um lado e sociologia rural de outro. Em suma, estou supondo que a constituição do meu objeto de estudo é permeada por essa ambigüidade fundamental da sociologia e que êle, portanto, não se explica sem que na análise se reterta tal ambigüidade.

Em que consiste, primeiramente, a ambigüidade fundamental da sociologia? Valho-me de três autores que produziram importantes trabalhos relacionados com esse tema: O estudo de Mannheim sobre o pensamento conservador, em que se adota uma perspectiva de determinação das condições sociais de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, em que se utiliza, como esquema de trabalho, o que ele denominou de análise de significação¹. De outro lado, o estudo de Nisbet sobre a tradição sociológica, em que o autor procura mostrar como se dá o compromisso entre determinadas necessidades socialmente fundamentadas de produção do conhecimento e determinadas idéias já conceptualizadas e estruturadas num sistema de conhecimento². E, finalmente, os estudos de Lefebvre sobre sociologia rural, em que autor mostra, através da discussão sobre

um tema comum àqueles outros dois autores, o que é a comunidade camponesa, como a sociedade capitalista define e redefine categorias através das quais procura se auto-explicar e nas quais busca fundamentos para um programa político de ordenação social e de neutralização de tensões sociais³

O trabalho de Mannheim tem como noção chave a noção de estilo de pensamento. Este não se confunde com o pensamento mesmo. O estilo de pensamento resulta de intenções básicas, socialmente dadas. Isto é, intenções fundamentais de grupos sociais. O estilo de pensamento representa a referência imediata para a apreensão dessas intenções básicas, que por sua vez constituem o resultado necessário do que ele denomina modo de vida. O modo de vida, no caso, é a maneira como um grupo social estabelece relações internas peculiares. Daí possa falar em modo de vida capitalista e modos de vida periféricos ao capitalismo. Grupo aqui não quer dizer necessariamente classe social, já que ele pode se compor de sujeitos de diferentes extrações de classe. O estilo de pensamento, como eu disse antes, não se confunde, não obstante, como pensamento em si mesmo. O pensamento é produto de um estilo de pensamento. A auto-concepção que o grupo formula é produto de uma maneira de se ver e de viver a sua própria experiência social e traduzi-la no nível do pensamento. O estilo é, portanto, um modo de conhecer.

Mannheim contrapõe dois estilos de pensamento. Veremos logo, na verdade, que há um estilo de pensamento, mas dois pensamentos diferentes; o conservadorismo — daí que o trabalho dele se refira ao pensamento conservador — e o racionalismo capitalista e moderno. De que procede o pensamento conservador? Através do que chama de análise de significação, que é o seu caminho metodológico para descobrir e ordenar os aspectos da realidade que está analisando, estabelece um vínculo entre o conservadorismo e um modo de vida definido como periférico em relação àquele que ampara as intenções básicas que se expressam no racionalismo, no liberalismo, na idéia de contrato, etc. Nesse texto, Mannheim está trabalhando com análise comparativa, dela dependendo a análise de significações. Na medida em que o racionalismo moderno, o liberalismo, a idéia de contrato, etc., exprimem intenções básicas inerentes a um modo de vida dominante, capitalista, a análise parece consistente. No entanto, o próprio Mannheim faz nesse estudo sobre o pensamento conservador uma referência muito importante para descobrir-se em que medida o uso da comparação é legítimo ou em que medida resulta de um artifício intelectual, de modo que um dos termos não tem consistência interna. É quando mostra que o pensamento conservador, enquanto tal, vale-se de categorias de reflexão que dizem respeito ao racionalismo capitalista. Aparentemente, quando fala em modo de vida periférico, está se referindo a sobrevivências reais do passado pré-capitalista no presente. Quando, porém, refere-se ao fato de que o pensamento conservador pre-

cisa apoiar-se em categorias de reflexão do racionalismo capitalista, introduz uma dúvida que não é resolvida no corpo da sua própria análise. A dúvida está presente nesta constatação: o conservadorismo, enquanto consciência do tradicionalismo (portanto, enquanto consciência de sobrevivências sociais) articula-se internamente através do racionalismo, isto é, por aí se configura e se organiza como sistema de pensamento. Na verdade, recupera para a análise e para a constituição e articulação das idéias, concepções *presumivelmente* inerentes à sobrevivência de modos de vida formalmente periféricos à sociedade capitalista. Então, o estilo de pensamento, no caso do conservadorismo, não exprime, *enquanto estilo*, intenções básicas de um modo de vida periférico ao capitalismo. Enquanto estilo, exprime também um modo de vida que é aquele que *grosso modo* se define como capitalista, moderno, etc. Em outras palavras, os modos de vida periféricos à sociedade capitalista não se exprimem senão no nível do pensamento pela medição das categorias intelectuais dessa mesma sociedade. Aí cabe propor a dúvida: *o pensamento conservador exprime de fato um modo de vida periférico à sociedade capitalista?* Em outras palavras, no caso do conservadorismo, o estilo de pensamento corresponde ao modo de vida? No caso da relação capitalismo-racionalismo parece que não há inconsistência na demonstração. Mas, no caso de modo de vida periférico, de um lado, e conservadorismo, de outro, o relacionamento não é direto e existe pelo menos a interposição da razão científica (sociológica) como veículo de elaboração do pensamento conservador (como ocorre na obra de Töennies).

Fica, nesse ponto, evidenciada a existência da ambigüidade a que me referi. O relacionamento entre modo de vida e estilo de pensamento não pode se dar de modo mecânico e na verdade subsiste, então, uma aparente incongruência na discussão sobre conservadorismo e racionalismo. É claro que a preocupação com conservadorismo/racionalismo é importante na medida em que o autor está tomando como referência sobretudo sociólogos para mostrar de que maneira eles se distribuem entre uma e outra orientação. De que maneira, na verdade, eles trabalhariam com “um” ou “outro” estilo de pensamento.

A análise efetuada por Nisbet retoma, por um caminho completamente diferente, a mesma problemática. Para el, o século XVIII foi o século do racionalismo e o século XIX o século da reação conservadora ao racionalismo. Indica que, efetivamente, a sociologia surgiu como modalidade de conhecimento contida no bojo de densamento conservador. Isto é, a sociologia se constituiu como forma secularizada de conhecimento, não obstante o seu compromisso com o conservadorismo. Esse detalhe é essencial para mostrar como ela é forma de conhecimento que responde às necessidades de constituição da sociedade capitalista, ao invés de ser mero renascimento ideológico. Por isso, não poderia ser apenas reprodução de uma forma não-secularizada de conhecimento. A sociologia

apresenta-se, pois, como forma secularizada de conhecimento na qual o conservadorismo está presente através do que o autor denomina de idéias-elementos da sociologia.

São cinco noções fundamentais do pensamento sociológico que sigularizam a sociologia como conhecimento específico. Essas cinco noções representam a contrapartida de idéias-elementos do racionalismo que emergiram a partir do que Nisbet denomina de “as duas revoluções” — a revolução industrial, no plano econômico, e a Revolução Francesa, no plano político. A sociologia se constitui em torno de idéias-elementos conservadoras que respondem a idéias-elementos do pensamento burguês e liberal da fase de constituição da sociedade capitalista. Daí a constatação — tomando como referência, de um lado, o século XIX e, de outro, o século XVIII — dos seguintes pares de idéias-elementos opostas, correspondentes à antítese conservadorismo/racionalismo: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano, alimenção/progresso.

Pois bem, a descoberta das idéias-elementos é feita tomando como objeto de análise a sociologia tal como se apresenta hoje. Daí a constatação de que essas idéias estão presentes no corpo teórico da sociologia como suas idéias constitutivas. No entanto, o autor observa que essas idéias diretivas do trabalho sociológico não são o estrito produto da sociedade capitalista, na qual nasceu a sociologia, mas são, antes, idéias retomadas do mundo medieval. Elas não nascem como decorrência da evolução do racionalismo oitocentista. Elas nascem como reação a esse racionalismo. Elas renascem, portanto, em parte porque são idéias significativamente ligadas à ordem social da Idade Média. Nesse ponto, a sociologia apresenta, de novo, a sua ambigüidade, porque essas idéias-elementos não podem ressuscitar com a sua conotação original, enquanto componentes de concepções não-científicas e caracteristicamente medievais. Elas devem ressuscitar produzidas e redefinidas pelas necessidades de auto-explicação de uma sociedade (a capitalista) que já foi toda permeada pelo processo de secularização e de racionalização. Nós temos, então, duas balizas nessa proposição. De um lado, as necessidades de auto-explicação instrumental da sociedade capitalista. E, de outro lado, as idéias-elementos que são heranças contidas no pensamento ocidental. As idéias-elementos são, portanto, idéias mediadoras na produção da auto-explicação da sociedade capitalista. Idéias-elementos significam, pois, perspectivas de análise. Elas constituem a ótica através da qual essa sociedade procura se ver e interpretar.

A análise sociológica estaria, assim, projetando inevitavelmente a sombra do tradicionalismo (no caso, o tradicionalismo medieval) sobre a sociedade capitalista. Analiticamente, as categorias sociológicas relevantes seriam, na verdade, relevantes para o mundo medieval. De que modo, pois, a sociedade capitalista propõe-se a sua auto-explicação através de

categorias aparentemente destituídas de validade histórica para explicá-la? Está aí mais uma vez a ambigüidade.

Tanto Mannheim quanto Nisbet mostram dois aspectos contraditórios da sociologia. Os procedimentos não são os mesmos nos dois autores, mas as orientações de ambos convergem para a demonstração da ambigüidade da sociologia na sua origem. De um lado, do ponto de vista de Mannheim, aquilo que considera temática tradicional, que é o pensamento conservador, adquire estatura intelectual através de um estilo de pensamento que é referido à sociedade capitalista. De outro lado, no caso de Nisbet, as categorias relevantes da sociedade tradicional estariam projetando a sua relevância na caracterização da sociedade capitalista. No caso de Mannheim, a ótica para análise das sobrevivências que se exprimiriam no pensamento conservador é ótica da sociedade capitalista. E no outro a ótica de análise da sociedade capitalista é a ótica do tradicionalismo medieval secularizada.

Aí reside o problema central desta exposição. Estamos diante de uma ambigüidade de origem da sociologia, retida como característica da sua herança. A questão que se coloca então é esta: de que modo essa ambigüidade manifesta-se na definição sociológica dos problemas da sociedade agrária, na formulação do objeto dessa sociologia especial e na definição dos seus procedimentos? Em outras palavras, em que medida a existência de uma disciplina especial chamada sociologia rural incorpora essa ambigüidade? A análise que Nisbet faz sobre vários autores fundamentais da sociologia, como Durkheim, Le Play e outros — especialmente a análise sobre Durkheim — pode se constituir num exercício valioso para determinar-se como opera a ambigüidade e no que ela frutifica.

O estudo que Nisbet efetua sobre a obra de Durkheim demonstra a existência de uma consequência paradoxal do pensamento sociológico. Isto é, empregando-se uma idéia que Julien Freund utiliza para definir certos aspectos da sociologia de Weber, a consequência paradoxal está no fato de que o resultado da atividade intelectual adquire uma conotação diversa daquela que existia previamente nos planos do autor. Em Durkheim encontramos uma noção chave balisando as outras noções essenciais com que trabalha e que sintetiza o paradoxo: é a noção de solidariedade. Ela se constituiria num postulado supraempírico marcando os diversos componentes da sociologia durkheimiana.

De que modo a noção de solidariedade opera como noção-chave? Em primeiro lugar, constituindo-se como premissa dos dois tipos sociais — o da solidariedade mecânica e o da solidariedade orgânica. Embora varie a forma como se manifesta a solidariedade (mecânica ou orgânica), a solidariedade das partes com o todo é pressuposição da vida social. Essa noção funda diretamente o requisito ideológico de funcionalidade de ambos os tipos, de tal maneira que as incongruências, ou a quebra da solidariedade, dão lugar à formulação de outras noções, igualmente

comprometidas com o privilegiamento da solidariedade, como as de “normal”, “patológico”, “anômico” — para ficarmos nessas três, especialmente nas duas últimas. O que é a noção de anomia senão aquela que procura explicar as descontinuidades, as rupturas da vida social, como resultado de que o seu substrato, a divisão do trabalho, no âmbito da solidariedade orgânica, não produz a contrapartida que é o sistema de normas sociais com ele compatível?⁴ Há aqui, portanto, um problema de articulação funcional do substrato da vida social com as normas sociais que lhe correspondem. De tal modo que os desequilíbrios exprimem a ausência de normas. E só há norma quando a norma é adequada.

Em *As Regras do Método Sociológico* Durkheim formula uma outra noção para dar conta de um fenômeno paralelo ao da anomia, que é o de fato patológico. Ela se refere à sobrevivência de normas de conduta relativas a um tipo anterior, a solidariedade mecânica, mas que não são adequadas ao substrato que gera a solidariedade orgânica, isto é, à divisão do trabalho social⁵. É evidente que para Durkheim a solidariedade mecânica pode sobreviver no tipo em que domina a solidariedade orgânica, mas não pode sobreviver como solidariedade fundamental. Ela pode sobreviver nos setores em que a segmentação não se faz a partir da divisão do trabalho.

Nessa sociologia as incongruências e as tensões, como as falências e as greves, traduzem-se, no nível teórico, como anomalias. A função da sociologia seria exatamente a de diagnosticar essas anomalias de modo a permitir a sua superação. No prefácio à primeira edição de *As Regras do Método Sociológico* há uma nítida declaração de intenções no sentido de propor a sociologia como ciência social aplicada, isto é, como recurso para superação do estado de anomia⁶.

Quando aí se retoma a noção de solidariedade como expressão dos fundamentos da vida social, projeta-se, na verdade, a solidariedade mecânica não só como critério para entendimento da sociedade moderna, mas também como pressuposto na construção da sociedade moderna. O que Durkheim faz é dar curso e consistência teórica a concepções pré-capitalistas, submetidas a uma depuração secularizadora, de forma que uma concepção comunitária conservadora seja proposta como a forma adequada de conhecimento de uma sociedade marcada pela individualização e pela estruturação tensa, ou seja, exatamente pelo oposto da pressuposição.

Encarar o fato social como coisa é premissa que permite integrar essa perspectiva no mundo atual, revestindo-a das condições de objetividade formal que aparentemente dela retiram o caráter pré-capitalista. Essa integração é clara quando o assunto é referido à discussão de Marx sobre o fetichismo da mercadoria⁷. Na medida em que, através da alienação do produto do trabalho, cada sujeito só pode relacionar-se com os outros através da mercadoria, relaciona-se com os outros como se fosse

destituído de condição humana, como se fosse coisa, enquanto a mercadoria é que estabelece relações sociais como se ela fosse dotada de humanidade. Enquanto isso, os homens ao se relacionarem uns com os outros através das coisas, através das mercadorias, estabelecem relações que são coisificadas. Assim, eles se relacionam como se fossem objetos, como se fossem coisas⁸. Nesse caso, os próprios critérios do relacionamento são coisificados, como são coisificados tanto a atividade humana quanto os seus resultados. A perspectiva do homem comum também está marcada pela coisificação, pois essa é uma maneira historicamente necessária da sociedade capitalista se ver e se interpretar.

A noção de coisa é, pois, uma noção fundamental para entender-se a convergência da sociologia de Durkheim para as necessidades de auto-explicação da sociedade capitalista. Não obstante ele se valha da noção de solidariedade, isto é, de uma noção pré-capitalista, vincula sua utilização ao tratamento dos fenômenos sociais por meio de ótica coisificadora — uma ótica em que de fato, ainda que artificialmente, a relação entre o sujeito da investigação e o objeto da investigação é realmente estabelecida em termos da relação de exterioridade sujeito/objeto. Por isso mesmo, o tratamento que se pode dar aos fenômenos sociais é, como ele postula, o tratamento de coisa⁹. Nesse caso, o tratamento do objeto re-dimensiona, reforçando, a sua coisificação.

Há, portanto, duas dimensões que precisam ser retidas. De um lado, os postulados supraempíricos, secularizados, que definem uma concepção de sociedade em torno da noção de solidariedade, isto é, da idéia de comunidade. De outro, uma maneira de ver as situações e fenômenos sociais que permite o tratamento da realidade como se ela fosse objetivamente dada, coisificada. Neste nível renasce a ambigüidade porque há aí a convergência de duas óticas: uma de procedência pré-capitalista (a idéia de comunidade) e outra de procedência capitalista (o cientificismo coisificador). Só que no conjunto do sistema teórico a sociologia de Durkheim sofre uma incorporação paradoxal — paradoxal a partir dos presumíveis pontos de vista do autor. É que as chamadas anomalias da sociedade moderna são tratadas de tal modo que a sociedade formule a sua política social, deliberadamente ou não, de modo a atenuar, contornar ou controlar essas anomalias. Assim, *a perspectiva pré-capitalista é incorporada e redefinida como instrumento de reprodução institucional da sociedade capitalista*. Em suma, os valores fundantes da sociologia durkheimiana são subvertidos à medida em que o conhecimento sociológico é objetivamente assimilado pela sociedade, que reconhece nele uma maneira funcional e integrativa de auto-interpretar-se.

Esse tipo de análise converge para aquilo que Lefebvre denominou de raptó ideológico da noção de comunidade¹⁰. Consiste basicamente no fato de que a concepção sociológica conservadora de comunidade, como a de Tönnies¹¹, não retém os aspectos da existência comunitária que

estabelecem um vínculo tenso, uma relação de oposição com a sociedade na qual a comunidade sobrevive ou redefine-se. Portanto, no nível do pensamento, a significação mesma da noção de comunidade é reinterpretada ¹².

O rapto ideológico, a tradução de uma noção segundo significações que são estranhas à sua extração original, constitui uma possibilidade constante, provavelmente inerente ao processo objetivo de produção do conhecimento sociológico. Com isto essas noções atendem na verdade, quando reinterpretadas, às necessidades ideológicas da sociedade capitalista, sendo que aí essa interpretação adquire até mesmo um caráter político.

A ambigüidade nesse caso não tem solução, não é resolvida no plano do conhecimento. Ela é resolvida no nível do confronto entre o conhecimento e as necessidades de auto-explicação da sociedade que esse conhecimento pretende atender. Entretanto, a hipótese que lancei no começo é a de que *a ambigüidade de origem da sociologia tende a resolver-se também no nível do conhecimento e não apenas no nível da sua absorção política pela sociedade capitalista*. Isso ocorre na medida em que a sociologia envereda, freqüentemente, pela análise de dicotomias: tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, etc. A hipótese consiste basicamente em que *a ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se nas dicotomias, de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social o mundo é que apareça ambíguo*. A ambigüidade (ambigüidade e não contradição) propõe-se como fundamento de diagnóstico das descontinuidades da vida social a partir de uma ciência social aplicada. Por isso, vou tomar como referência a sociologia rural, cujo forte caráter instrumental é conhecido, e procurar mostrar como a ambigüidade se propõe para demonstrar a hipótese.

A minha discussão sobre a sociologia rural apoia-se especialmente no capítulo introdutório do livro de Aldo Solari, *Sociologia Rural Latino-americana*, em que o autor pergunta-se o que é a sociologia rural e apoia-se no balanço que C. Arnold Anderson fez da sociologia rural para integrar a coletânea de Merton e colaboradores, *Sociology Today* ¹³.

O primeiro autor faz uma sistematização das tendências e das características da sociologia rural, dando inclusive aí a sua contribuição pessoal, como se verá depois. E o segundo oferece também um balanço do desenvolvimento da sociologia rural nos Estados Unidos, das características que esse desenvolvimento assumiu e do caráter menor que essa sociologia especial tem aos olhos dos sociólogos vinculados à produção da teoria sociológica.

Solari inicia a sua exposição partindo do suposto de que a sociologia regional está orientada em duas direções: sociologia rural e sociologia urbana. Ambas manteriam entre si uma relação de necessidade ditada pelas características diferenciais entre cidade e campo (meio urbano/meio

rural e que cada um desses meios possuiria características singulares. Cada um expressa a sua singularidade quando, através da análise comparativa, torna-se possível verificar como as características gerais do sistema social singularizam-se em cada uma dessas regiões. Há, portanto, uma sociologia geral por traz dessa noção e as sociologias especiais.

A premissa geral das reflexões de Solari é a de que o desenvolvimento da sociologia está vinculado à mudança social e à crise. Concebe que o desenvolvimento da sociologia rural, isto é, de um segmento da sociologia, também se vincula, assim como a sociologia em geral, à mesma crise. Nesse sentido, não só existe uma relação causal entre crise e desenvolvimento da conhecimento sociológico, como existe uma relação causal entre crise e surgimento das sociologias especiais, no caso o surgimento da sociologia rural.

O que efetivamente se coloca é a questão de saber em que consiste a crise que fundamenta o aparecimento da sociologia rural ou a crise que provoca a necessidade de refletir sociologicamente sobre o mundo rural.

Para ele essa crise tem duas dimensões. De um lado, a migração do campo para a cidade. Conseqüentemente, o despovoamento do campo, comparativamente a cifras populacionais do passado. Por outro lado, há o que chama de inversão do campo pelas cidades, o que leva à urbanização do meio rural. Segundo ele, agora textualmente, “a intensidade destes fenômenos varia muitíssimo segundo as diferentes sociedades, mas quando alcança um certo nível provoca uma crise profunda da estrutura social e conjuntamente o desenvolvimento da sociologia rural”¹⁴. Nesse sentido, a sociologia rural, embora parte de uma ciência que tem uma origem historicamente determinável, tem uma origem própria, nasceu e desenvolveu-se aguçada pelas necessidades e pelos problemas propostos pelas transformações sociais.

Esse tipo de colocação suscita algumas perguntas: A primeira, de difícil solução, é a de saber de que modo a crise promove o desenvolvimento de uma sociologia especial, como sociologia rural, e não a sociologia lato senso, especializada para atender particularidades da crise através dos seus ramos especiais. A segunda questão refere-se ao nível em que se dá a crise: no do sistema social global ou no sistema social rural.

Se a crise que engendra a sociologia rural é crise para o sistema social global, a sociologia como resposta abrange a necessidade de retenção da unidade do sistema em face das mudanças num dos seus segmentos — o rural. No caso, a sociologia surge como recurso para preservação do equilíbrio do sistema global e é em si mesma expressão da dominação do urbano sobre o rural. Se, no entanto, a crise é crise *para* o sistema social rural e a resposta a ela é científica, isto é, a resposta à crise é a sociologia rural, a crise no caso está sendo interpretada a partir da perspectiva da expansão do urbano sobre o rural, na medida em que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das

idades. Ainda que de maneira diversa do primeiro caso, a crise suscita um mecanismo de diagnóstico que inevitavelmente se compromissa com a dominação urbana. Essa segunda questão se propõe na medida em que se sabe que a crise não tem como única forma de resposta o conhecimento científico para dar conta do que ela representa, pois a crise pode suscitar respostas efetivamente políticas. Esse aspecto é muito mais significativo em relação ao meio rural.

O problema é especialmente importante no caso de Solari porque para esse autor a sociologia não pode ter um carácter normativo, já que lhe cabe tratar dos fatos como são e não de como deveriam ser¹⁵. Nesse plano, há uma contradição formal nas afirmações do autor, uma vez que quando se pergunta para quem é a crise, a resposta traz inevitavelmente a identificação de valores e de “interesses” que estão por trás dessa modalidade específica de conhecimento como resposta à crise social. Tais características iniciais da sociologia rural acabam se desdobrando na medida em que vão se explicitando os termos da discussão. O passo seguinte encontra-se quando o autor¹⁶ repete uma pergunta que Sorokin e Zimmerman se fizeram em 1929 quando realizaram a primeira sistematização importante da sociologia rural. A pergunta é: o que é o rural?

Na linha desses dois autores, ainda, Solari arrola as características do rural, que, como veremos depois, constituem a justificativa, pelo menos neste momento do desenvolvimento social, para a existência de uma sociologia especialmente voltada para o mundo rural. O traço fundamental que, no entender dele, permeia todos os outros traços caracterizadores do rural, está na ocupação da população rural. Como ele diz, “a sociedade rural é essencialmente aquela na qual os indivíduos ativamente ocupados o estão na atividade agrícola, em sentido amplo, como a exploração e o cultivo das plantas e dos animais”¹⁷.

O segundo traço diferenciador está na diferença ambiental. Isso porque, no campo, o trabalhador deve contar com forças que em grande parte escapam do seu controle (p.17). Ou seja há uma preponderância da natureza sobre o trabalho humano. E aqui Solari mesmo lembra a distinção de Friedman entre meio natural e meio técnico. De modo que na cidade, ao contrário, a natureza está quase que completamente ou completamente subjugada.

Em terceiro lugar, há uma diferença no que ele chama de volume das comunidades. Isto é, a proporção homem/terra é menor no campo e muito maior na cidade.

Em quarto lugar, a homogeneidade e a heterogeneidade dos integrantes, respectivamente, da sociedade rural e da sociedade urbana. “Pois as comunidades rurais tendem a ser mais homogêneas nas suas características psico-sociais do que a população das comunidades urbanas”.¹⁸ Assim, a diferenciação é maior na cidade. As diferenças residem nas origens de cada grupo de população.

A quinta característica diz respeito à mobilidade. Ela pode ser classificada em horizontal e vertical e esta última, por sua vez, em ascendente e descendente. Diz ele: “apesar da grande quantidade de pessoas que emigra do campo à cidade, não há nenhuma *profissão*, segundo os estudos comparados, nas quais maior porcentagem de filhos siga a profissão dos pais do que entre os agricultores”.¹⁹ E finalmente há um princípio derivado deste quinto, que é o princípio da herança: “pois na sociedade rural o lugar que uma pessoa ocupa é determinado essencialmente pelo lugar que seus pais ocupavam”, como decorrência do baixo índice de mobilidade.²⁰

Essa caracterização e especialmente a referência à mobilidade como traço distintivo do rural em relação ao urbano mostra que Sorokin e Zimmerman interpretam rural e urbano como meios de qualidades sociais internamente homogêneas, mas polarizadas e contrapostas entre si. O fundamental para questionar esse ponto de vista, no qual a ambigüidade do conhecimento se resolve na polarização da realidade, ou o fundamental para ao menos explicitá-lo, é que a diferenciação ocupacional na cidade é observada em termos de profissão ou ocupação e não se faz no entanto, a distinção ocupacional existente no interior do meio rural. A polarização faz com que o conservadorismo se metamorfoseie numa realidade substantivamente desigual da realidade urbana, de modo que a mesmo processo não possa ser observado sob idênticos critérios numa e noutra.

É claro que as características podem variar de sociedade para sociedade. Mas, a preocupação com este problema é legítima porque a mobilidade espacial campo/cidade é excluída da discussão. Não se considera que provavelmente muitos praticantes de profissões urbanas ou procedem do meio rural ou são filhos de pais que se dedicavam a ocupações rurais. Na verdade, a migração campo/cidade indica a existência de um elo no mercado de trabalho ou mercado ocupacional que se superpõe à distinção qualitativa de meio rural e meio urbano. Assim, a migração como forma de mobilidade ocupacional sendo excluída da discussão retira desse conjunto de características um traço fundamental para pensar-se as relações campo/cidade em termos que superem a polarização em tipos. No fim das contas, na medida em que se promove a mútua exclusão dos tipos, em que se fala “apesar da grande quantidade de pessoas que migram do campo à cidade, não há profissão, etc., etc.”, na medida em que se diz isso é que se estabelece as condições para construção da tipologia e para o estabelecimento, portanto, da polarização rural/urbano. A polarização estabelecida por Sorokin e Zimmerman, ainda seguindo o raciocínio de Solari, sofreu objeções e, no entender dele, a principal objeção é a de que não há polarização, mas o que há é um contínuo rural/urbano, com gradações intermediárias.²¹ Mas, isto não suprime o privilegiamento da distinção qualitativa entre rural e urbano. Não suprime, portanto, o princípio da polarização em tipos.

Finalmente, há a contribuição do próprio Solari quando se ocupa da necessidade de considerar-se fenômenos sociais como os que se dão na América Latina, em que a peculiaridade da relação entre a sociedade rural e a sociedade urbana leva à migração de uma a outra e à concentração de mão de obra de baixa qualificação na cidade. É o que reveste o contínuo rural/urbano de características singulares. Ele mesmo diz: "É mais correto dizer que existe um contínuo que não impede a existência de descontinuidades consideráveis entre os diferentes grupos, seja dentro da própria sociedade rural, seja dentro da sociedade urbana que se desenha sobre o fundo proporcionado por aquele".²²

Observa-se, pois, três tendências na concepção e fundamentação da sociologia rural. A primeira, de Sorokin e Zimmerman, que se apoia na contraposição de rural a urbano — dois meios sociais qualitativamente distintos. A que se apoia no contínuo rural-urbano, mas que ainda aí retém, de qualquer maneira, a polarização rural-urbana. E a do próprio Solari que, incorporando a idéia do contínuo rural-urbano e, conseqüentemente, a da polarização rural-urbano, tenta atravessar verticalmente o contínuo para reter a descontinuidade, introduzindo uma nova polarização na polarização (contínuo) rural-urbano uma vez que se trata, agora, de um contínuo descontinuo rural-urbano, em que a descontinuidade é gerada na continuidade (inverso do primeiro momento).

Dessa caracterização do rural resulta que o traço mais importante que sobra não é, evidentemente, o da quantidade da ocupação, já que verificamos que a qualidade da ocupação é produto de um artifício que retira da migração rural-urbana o caráter de fenômeno de mobilidade ocupacional. A diferença que subsiste, portanto, como significativa é a diferença ambiental. Portanto, a primazia na polarização rural-urbano cabe a essa diferença ambiental, isto é, cabe à preponderância que a natureza teria na determinação da vida social. Seria, portanto, a sociedade fundada num determinismo ecológico.

A natureza aí não aparece devidamente mediatizada, redefinida, pelo conjunto da sociedade e nem poderia aparecer assim exatamente porque através do artifício a que já me referi, da polarização dos meios rural e urbano como solução empírica da ambigüidade teórica da sociologia, ela não pode ser vista pela mediação do conjunto da sociedade. Isto é, a natureza não pode ser vista tal qual é, historicamente determinada, de forma que em diferentes momentos históricos relacione-se com a sociedade de modo diferente. Ou seja, não pode ser vista como configuração determinada pelo estado das relações campo-cidade.²³ A natureza aí, portanto, não aparece relativizada e redefinida na sua significação em termos sociais e históricos. Ela aparece como entidade reificada, como coisa alheia à interferência e produção humanas, como dimensão causal.

O rural seria, portanto, nesse contexto, um rural natural. De que modo esse rural adquire significações na prática da sociologia rural? E de que modo ele se insere no processo de superação das ambigüidades de origem

da sociologia? Em outras palavras, *a prática da sociologia rural está na ação empírica, que ao mesmo tempo, torna reais e tenta superar as ambiçõs teóricas de origem da sociologia.* Nesse caso, a constatação implícitamente contém a idéia de que o mundo está polarizado, um dos polos (o rural) tem uma existência anormal no conjunto da realidade e essa anormalidade advém de que o rural ainda é natural. Na prática a sociologia rural tem o caráter instrumental do conhecimento que homogeneiza a sociedade, dando dimensão social ao que ainda é natural.

O balanço de C. Arnold Anderson sobre a produção e as tendências da sociologia rural americana é bastante útil para discutir-se as dimensões mais amplas da prática implícita do sociólogo rural. A sociologia rural e o trabalho dos sociólogos rurais são encarados pelos outros sociólogos de modo profundamente negativo. Os sociólogos rurais tendem a comportar-se como grupo à parte, apesar da sociologia rural ser um dos ramos mais antigos da sociologia americana e aquele em que houve maior produção quantitativa. Mas, os trabalhos produzidos caracterizam-se, de modo geral, primeiramente como trabalhos descritivos e, em segundo lugar, como trabalhos desprovidos de sustentação e de ambições teóricas.

Através da análise dos temas mais freqüentemente abordados pela sociologia rural, como a difusão de inovações, a demografia, a saúde, a integração social, etc., esse autor conclui que as condições da prática da sociologia rural estão amplamente presentes nesses temas e, em decorrência, nessas duas características apontadas. Mas, não obstante, a sociologia rural manifesta-se como a ramo mais integrado e burocratizado da sociologia. Isso se deveria ao fato de que a sua prática se dá principalmente nas escolas de agronomia, nos departamentos de economia rural e de preferência por sociólogos recrutados no próprio meio rural (de certo modo essa é também uma tendência no Brasil). Nesse caso, em geral, os alvos da investigação científica não seriam estabelecidos diretamente pela própria sociologia, na medida em que a ela cabe formular os seus problemas e as suas indagações, mas seriam estabelecidos, de preferência, burocraticamente. Ou seja, os alvos da investigação não procederiam do próprio investigador, a partir do seu compromisso com a modalidade específica de conhecimento com a qual trabalha. Mas, o pesquisador seria um mediador entre o definidor de alvos, que é, em geral, um agente de intervenção na realidade, que formula os temas e os problemas, processo que é acentuado pela visão localista e rural trazida por esse tipo de pesquisador. A sociologia rural assumiria nesse caso, como tendência, um caráter instrumental. Por isso mesmo, não se beneficiaria da liberalidade teórica dos outros centros de produção do conhecimento sociológico nem se beneficiaria da teoria sociológica propriamente dita. Ela não teria um compromisso de ciência com a ciência, mas teria um compromisso prioritário com a intervenção na realidade. Anderson supõe que a adoção de um compromisso com a teoria sociológica, lato senso, no estudo da sociedade agrária, liberaria esse ramo do conhecimento do seu compro-

misso com fins e alvos extra-científicos e a sociologia rural se colocaria, portanto, num rumo teoricamente criador.

Não obstante as ressalvas desse autor, é importante notar que a ambigüidade da sociologia, o paradoxal compromisso entre valorações pré-capitalistas reinterpretadas pelo capitalismo e critérios de obtenção do conhecimento que floresceram com o capitalismo, ressurgem claramente na sociologia rural. O empirismo prático e imediatista dessa sociologia não chega a encobrir o seu compromisso de origem.

Ela está voltada para um objeto —o meio rural— entendido como meio social interno qualitativamente diferente do meio urbano, e se traduz na prática pela intervenção no mundo rural, intervenção essa que explícita ou implicitamente visa a realizar a hegemonia do urbano sobre o rural. O rural é segmentado, isolado, definido, e a intervenção que nele se processa tem como instrumento a sociologia rural. Nesse nível, a consequência paradoxal do conhecimento manifesta-se nitidamente na superação prática da ambigüidade teórica de origem da sociologia. É que o rural destina-se a ser superado pelo uso instrumental da sociologia, mas ao mesmo tempo é produto dessa sociologia, enquanto elaboração, isto é, enquanto realidade que só se torna intelectualmente apreensível através da concepção teórica. Desse modo, *a valoração do urbano, que está presente na separação de urbano e rural como meios sociais qualitativamente distintos, aparentemente destrói as raízes conservadoras da sociologia porque canaliza diversamente a ambigüidade, para constituir objetos distintos, de tal modo que a ambigüidade deixe de ser ambigüidade do conhecimento para se constituir numa ambigüidade (ou numa imperfeição) da realidade.* E, assim, a ambigüidade se sobreponha à contradição constitutiva da realidade, de maneira que o que é histórico apareça como simplesmente imperfeito. Assim sendo, *o suposto empirismo e os supostos compromissos extra-científicos da sociologia rural não advêm da sua falta de fundamentação teórica, mas, muito ao contrário, provêm exatamente dessa fundamentação teórica.*

Tanto o meio social qualitativamente distinto urbano quanto o meio social qualitativamente distinto rural são realidades construídas no nível do conhecimento e possíveis em decorrência daquela ambigüidade de origem da sociologia. Em cada um dos tipos o que se retém é a uniformidade interna, a coerência interna, a identidade. E a ambigüidade renasce agora no plano da instrumentalização do conhecimento, quando a valoração do urbano e a constituição da sociologia rural resultam de uma crise, (cujo diagnóstico é possível a partir da ambigüidade), que cria conhecimento (sociologia rural). Daí que a proposta implícita nessas concepções seja a da urbanização e da superação do rural, isto é, superação daquilo que, sociologicamente falando, a sociologia criou e é, ao mesmo tempo, a base da sua gênese. Essa contraditória formulação é o resultado inevitável do princípio lógico que articula a sociologia rural:

ela “produz” a crise que lhe dá origem e se propõe como meio de superação dessa crise.

Caberia, pois, questionar o ponto de vista de Anderson para saber se a interação dessa sociologia especial, que é a sociologia rural, com os resultados de outros centros de produção do conhecimento sociológico, que não as escolas vinculadas à agricultura e ao meio rural, e com a teoria sociológica lato senso superaria o problema. Não me parece que haja diferença significativa uma vez que essa outra alternativa poderia significar a adoção de uma ótica cientificista e de procedimentos que levariam aos mesmos resultados. É que a ambigüidade já referida está contida na própria teoria sociológica e não é afetada, em essência, pelo caráter mais instrumental ou menos instrumental do conhecimento.

Em suma, essas formulações demonstram como se dá, no plano do conhecimento, a repartição da ambigüidade de origem da sociologia de modo que no objeto construído se preserve a identidade interna e se supere a ambigüidade. Entretanto, na medida em que o rural é um objeto socialmente construído, através da observância dos requisitos da produção do chamado conhecimento científico, apresenta-se como região de uma realidade mais global que abrangeria o rural e o urbano, e região da realidade que ocupa uma posição subordinada, inferiorizada hierarquicamente, em relação ao urbano. A discussão de Anderson sobre a prática da sociologia rural constitui um indício de que a problema de construção do rural como objeto de conhecimento não cessa com a divisão da realidade em dois meios distintos, mas que há uma segunda dimensão a ser considerada, que é a das conseqüências do uso do conhecimento (sociologia rural) para entendimento da realidade também socialmente construída que é a realidade rural. Ou seja, nesta segunda dimensão, o rural está sujeito a um processo de superação intencional de natureza técnica. Por isso a sociologia rural desenvolver-se-ia de preferência nas escolas de agronomia, nas estações experimentais, etc. Daí, também, a preocupação com a modernização e com a difusão de inovações como duas grandes e centrais preocupações da sociologia rural. Noutras palavras, *a sociologia rural mostra-se como expressão da dominação da cidade sobre o campo*. Há um caráter programático não só na elaboração dessa modalidade de conhecimento, como também na construção da realidade rural enquanto objeto de conhecimento.

Nesse sentido, mesmo Solari se contradiz, descartando o dever ser como procedimento e intenção incompatíveis com a produção do conhecimento científico, quando afirma que “completado o processo de urbanização rural a sociologia rural deveria desaparecer ao menos com seu conteúdo tradicional para converter-se num ramo da sociologia das profissões ou ocupações, a das ocupações agrícolas em sentido amplo”.²⁴ O que temos aí é uma concepção evolucionista, que estabelece como tendência das transformações sociais a superação do rural pelo urbano. É, portanto, demonstra que a crise que produz o aparecimento da sociologia rural é

crise para a sociedade global e não crise da ou para a sociedade rural. A sociologia rural exprime aí que é resultado que nega o seu próprio objeto. Ela está numa relação tensa com a seu objeto. É assim que, repartida, isto é, suprimida, a tensão presente na ambigüidade de origem da sociologia, essa tensão renasce num outro plano, na medida em que entre o objeto construído e o conhecimento que o toma como referência há uma relação de negação. O conhecimento na sociologia rural é produzido para superar o rural.

Por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um "sujeito", sujeito social, que nela exprime a sua identidade, que nela se identifica ou que por ela se identifica, como observou Jacques Guigou.²⁵ Quem é esse sujeito? A resposta não surge senão na medida em que se pode discutir alguns aspectos da sua constituição e existência. As formulações desenvolvidas até aqui mostraram que a elaboração do rural como objeto de conhecimento está intimamente relacionada com a forma do conhecimento com que se apoia. Essa forma de conhecimento, que é a sociologia rural, é expressão da dominação do urbano sobre o rural.

O que se coloca agora é, portanto, saber de quem é a perspectiva que constrói o objeto e, com isso, inferir qual a porção da realidade (mas, não mais da realidade construída pela sociologia rural) que solicita a sociologia rural como modalidade de conhecimento, ou, na linguagem de Guigou, qual é o *público que demanda sociologia rural*. Por conveniência de exposição não se responde já a essa questão. Mas, na medida em que a pergunta é feita, torna-se possível distinguir entre dois tipos de público que não coincidem necessariamente como constatou Guigou: o *público que demanda o conhecimento* e o *público da demanda de conhecimento*. O público que quer conhecer o rural e o público que é objeto do conhecimento da sociologia rural.

Ora, na medida em que a sociologia rural estrutura-se como modalidade de conhecimento em função da perspectiva do público que demanda, ela está referida ao que Guigou mesmo chama de campo de intervenção do sociólogo na sociedade. Campo de intervenção para ele corresponde ao grupo ou instituição que é objeto de estudo ou intervenção propriamente dita. Isso significa que o campo de intervenção representa uma porção da realidade que é tomada como referência — e é campo de intervenção para ser modificada ou para ser conhecida. Nesse sentido a sociologia rural se traduz como instrumento de uma prática comprometida com a ideologia da mudança social, mas a mudança social aqui é a mudança concebível para o público que demanda conhecimento. Já vimos que a mudança nesses termos é mudança no sentido na superação da polarização rural-urbano através da urbanização rural. Veja-se bem, então, que o objeto, nesse caso, é construído através da ótica do público *que demanda o conhecimento*. O público *da demanda*, o público objeto, transparece na discussão sociológica através da perspectiva do público *que demanda co-*

nhhecimento e as características dos processos sociais retidos numa análise desse tipo são características vinculadas ao modo de ver as coisas de um grupo social determinado.

Uma sociologia circunscrita às proposições do público que demanda conhecimento, através dos limites do *campo de intervenção*, evidencia-se claramente como modalidade de conhecimento que se apóia e que se legitima a partir de necessidades e concepções estranhas ao *campo* (mais amplo) *de análise*, que deveria reter as múltiplas dimensões da formação social (e não estritamente o rural). Cabe discutir em que medida a teoria sociológica supera esse viés na constituição do objeto e na constituição da interpretação. Campo de análise significa aqui para Guigou o conjunto dos fatores que interferem na composição da situação e esses fatores não são exclusiva nem necessariamente agrários; são fatores do conjunto da situação, que definem o campo de análise, que historicamente se propõe como referência à indagação do cientista.

Também aqui se torna problemática a conjugação, superposição ou identificação entre campo de análise e teoria sociológica no estudo da sociedade agrária. De um lado, porque o campo de análise (sociológica) não se confunde necessariamente com a perspectiva do público da demanda do conhecimento. A eliminação do viés, que poderia ser alcançada pela incorporação da ótica do público da demanda, não restaura, porém, o campo de análise. Muitos problemas poderiam ser levantados neste ponto. Quando Solari menciona a urbanização rural, de certo modo a ótica do público que demanda está sendo incorporada como ótica do público da demanda. E nem isso leva à descoberta de qual é o campo de análise.

Por que, apesar da inovação do conceito de campo de análise, esse problema subsiste? Porque, na verdade, *o campo de análise constitui-se das concepções do público da demanda, mas se constitui também de características que não são imediatamente visíveis ao próprio público da demanda*. Os dados da consciência do público da demanda não abrangem necessariamente toda a verdade da sua situação, pois muitos dos elementos desta última podem permanecer ocultos por força mesmo da alienação da perspectiva desse público à perspectiva do público que exerce algum tipo de hegemonia, como ocorre com o público que demanda o conhecimento sociológico (rural). A noção de campo de análise e a noção de público da demanda tem uma importância operacional muito grande na localização dos "sujeitos" que se escondem por trás das diferentes perspectivas com que trabalha a sociologia. Mas, oferecem o risco de um objetivismo estreito que descarta o problema da alienação historicamente determinada presente na "confusão" entre ótica do público que demanda e ótica do público da demanda. A ótica do público da demanda e a ótica do público que demanda conhecimento exprimem formas de concepção e modos de elaboração da realidade (realidade socialmente construída) e são essas formas que se apresentam imediatamente visíveis ao investigador. Não cabe recusá-las, mas explicá-las.

Ela definem, portanto, *áreas de interesse* na interrogação da realidade. Definem, também, os termos e limites dessa interrogação. De modo que o conhecimento sociológico possa caracterizar-se ou como dimensão da consciência necessária da sociedade (caso em que lida com problemas sociais que sugerem uma sociologia instrumental; tipicamente é o que ocorre com a sociologia rural referida estritamente a um público que demanda esse tipo de conhecimento) ou como dimensão de uma consciência possível da sociedade, no caso dos problemas estruturais e históricos que sugerem não uma sociologia instrumental, mas sim uma sociologia crítica, isto é, uma sociologia capaz de situar o próprio conhecimento como objeto de reflexão.

O rebatimento de questão para campo de análise como produto necessário das reflexões que foram feitas fez com que a preocupação incida sobre processos sociais como requisito de uma sociologia crítica superadora dessas perspectivas de comprometimento com grupos sociais determinados vinculados ao uso técnico da sociologia. Só que nesse caso a sociologia especial continua sendo legítima, mas legítima de uma outra maneira, isto é, a partir de uma legitimidade que é ditada por uma concepção de ciência que não é cientificista nem empirista, mas histórica e concreta. Continua sendo legítima na medida em que a realidade apresenta-se aos olhos do investigador de alguma forma já elaborada pelo senso comum, construída socialmente. O rural não é uma ficção ou uma mistificação. O rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social, construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa realidade social numa determinada formação histórica. Só que nesse caso, como já disse, a sociologia especial enfoca especializadamente processos sociais, mas referidos à totalidade concreta que lhes dá sentido, que revela os diferentes planos —visíveis e ocultos— nos quais ocorrem. Isto é, o processo social no caso não é equivalente de interação social na dimensão psicologista da noção de interação. E nesse sentido o processo social não é uma noção de interação. E nesse sentido o processo social não é uma noção que traduza ou que pretenda apenas dar conta do imediatamente visível das relações face a face diretamente apreensíveis pelo próprio sujeito. Mas, o processo social constitui-se também das relações sociais invisíveis estabelecidas pela circulação do produto do trabalho humano, relações essas tecidas de homem a homem através das mercadorias. Portanto, o processo tem duas dimensões tal como mostra Lefebvre numa discussão sobre a práxis.²⁶ Uma dessas dimensões é aquela em que as pessoas formulam uma interpretação da sua vida social e da sua rotina e a outra dimensão é dada pelo caráter histórico da atividade humana, de tal modo que se retenha na noção de processo aquilo que é cogitado pelo sujeito e aquilo que ele faz ou vivencia sem conhecer os fundamentos últimos. Em outras palavras, o processo social constitui-se na relação que cada homem trava com os outros e consigo mesmo através da História. O processo é a vivência da História nessa dupla dimensão.

A construção do objeto de uma sociologia especial representa, portanto, ou a análise do processo em si mesmo ou um corte no processo através das suas configurações estáticas que, como diz Adorno, constituem apenas projeções do espírito que se apaixona pela ordem.²⁷ Esse espírito pode ser o daquele que vivencia o processo. Portanto, concluindo, pode-se dizer que em termos de campo de intervenção é possível pensar numa sociologia rural e aí ela explicita o seu compromisso como instrumento das classes sociais e setores de classes —como a burguesia comercial, a burguesia financeira, a burguesia industrial, os burocratas, os técnicos— aplicado contraditoriamente para superar as descontinuidades econômicas e sociais entre urbano e rural, descontinuidades geradas justamente pelo exercício da exploração de umas classes (urbanas) sobre outras (rurais). Basicamente supõe-se que os resultados da exploração econômica podem ser compensados pela subordinação técnica de um meio a outro. Mas, em termos do desdobramento que fiz da noção de campo de análise a sociologia rural é também objeto do processo de conhecimento, em que temos, ao mesmo tempo, o conhecimento, isto é, a sociologia rural, e o rural que ela permite construir. No primeiro caso, a sociologia rural não dá conta dos fenômenos efetivamente envolvidos ou dos processos efetivamente abrangidos pelo campo de análise e referidos, portanto, à historicidade da vida social.

É claro que uma discussão desta ordem não pretende proceder a uma crítica que incida no vulgar oferecimento de uma alternativa operacional, porque a superação dessa perspectiva parceladora só é possível na medida em que ocorre a própria História. Uma discussão desse tipo o que pode fazer é situar e descobrir as sobressignificações presentes numa sociologia como a sociologia rural. E é claro que a discussão sugere uma problematização da realidade agrária em outros termos, tornando possível, porém, a retomada das concepções que constroem, que elaboram socialmente essa realidade agrária como concepções-objeto e não como concepções absolutas, definidoras do conhecimento a ser obtido.

- 1 Karl Mannheim, "El pensamiento conservador", *Ensayos sobre Sociología y Psicología Social*, Trad. de Florentino M. Torner, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1963, pp. 84-183.
- 2 Robert Nisbet, *La Formación del Pensamiento Sociológico*, Trad. Enrique Molina de Vedia, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1969; Robert A. Nisbet, "Conservatism and Sociology", *Tradition and Revolt*, Vintage Books, New York, 1970, pp. 73-90.
- 3 Henri Lefebvre, *Du Rural à l'Urbain*, Éditions Anthropos, Paris, 1970, esp. pp. 21-40.
- 4 Émile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, pp. XVIII-XXXI e pp. 52-59; *Sociologie et Philosophie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1963, pp. 32-37; *De la Division du Travail Social*, septième édition, Presses Universitaires de France, Paris, 1960, pp. 73-78, 98-102, 205-206, 237-244, 356-365.

- ⁵ Émile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, cit., pp. 52-59.
- ⁶ *Ibidem*, p. XVI.
- ⁷ Carlos Marx, *El Capital — Crítica de la Economía Política*, Trad. Wenceslao Roces, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 2a. ed., 1959, cap. I, esp. pp. 36-47.
- ⁸ *Ibidem*.
- ⁹ Émile Durkheim, *ob. cit.*, pp. XVIII-XXII e 1-12.
- ¹⁰ Henri Lefebvre, *ob. cit.*, p. 24.
- ¹¹ Ferdinand Tönnies, *Comunidad y Sociedad*, Trad. José Rovira Armengol, Editorial Losada, S. A., Buenos Aires, 1947, *passim*.
- ¹² A fim de não me estender sobre este ponto, remeto o leitor para a discussão teórica e metodológica que fiz sobre a noção de comunidade em *A imigração e a crise do Brasil agrário* (Livreria Pioneira Editora, São Paulo, 1973).
- ¹³ Aldo E. Solari, *Sociología Rural Latinoamericana*, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1971; C. Arnold Anderson, "Trends in Rural Sociology", in Robert K. Merton *et al*, *Sociology Today*, vol. I, Harper Torchbooks, New York, 1965, pp. 360-375.
- ¹⁴ Aldo E. Solari, *ob. cit.*, p. 14.
- ¹⁵ *Ibidem*, p. 14.
- ¹⁶ *Ibidem*, p. 16.
- ¹⁷ *Ibidem*, pp. 16-17.
- ¹⁸ *Ibidem*, p. 19.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 19.
- ²⁰ *Ibidem*, p. 20.
- ²¹ *Ibidem*, p. 23.
- ²² *Ibidem*, p. 28.
- ²³ Karl Marx e Friedrich Engels, *L'Idéologie Allemande*, (Première partie: Feuerbach), Trad. Renée Cartelle, Éditions Sociales, Paris, 1962, *passim*.
- ²⁴ Aldo E. Solari, *ob. cit.*, p. 25.
- ²⁵ Jacques Guigou, "Le sociologue rural et l'idéologie du changement", in *L'Homme et la Société*, N° 19, Paris, Janvier-Février-Mars 1971.
- ²⁶ Henri Lefebvre, *Sociologie de Marx*, Presses Universitaires de France, Paris, 1966, esp. pp. 20-49.
- ²⁷ Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, *Sociologica*, Trad. Víctor Sánchez de Zavala, Taurus Ediciones, Madrid, 1966, p. 298.